

Memória Viva:
**Câmara Municipal
de Caraguatatuba**







Copyright© 2022 Câmara Municipal de Caraguatatuba

Coordenação: Janaína de Figueiredo

Comunicação: Josiane Carvalho Bittencourt

Projeto Gráfico: Juliana Aguiar – Estúdio Lúmine

Fotografia: Cláudio Gomes

Agradecimentos Especiais: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc) e Arquivo Histórico Municipal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memória viva : Câmara Municipal de Caraguatatuba / organização Janaína de Figueiredo ; coordenação Renato Leite Carrijo de Aguiar. -- 1. ed. -- Caraguatatuba, SP : Câmara Municipal de Caraguatatuba, 2022.	
ISBN 978-65-997963-0-2	
1. Caraguatatuba (SP). Câmara Municipal - História 2. Caraguatatuba (SP) - Fotografias 3. Caraguatatuba (SP) - História I. Figueiredo, Janaína de. II. Aguiar, Renato Leite Carrijo de.	
22-114508	CDD-352.098161

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Memória Viva: Câmara Municipal de Caraguatatuba

1ª edição

Caraguatatuba – SP

2022





Barco caiçara,
praia do Camaroeiro



Tato Aguilar

Renato Leite Carrijo de Aguilar, conhecido por Tato Aguilar, tem trinta e nove anos e está em seu terceiro mandato consecutivo como vereador, sendo, nas eleições de 2020, o parlamentar mais votado no município de Caraguatatuba. Na sua formação acadêmica, cursou Educação Física, Gestão Pública e Gerente de Cidades. Este último cursado na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), de São José dos Campos. Tato Aguilar assumiu, pela segunda vez, a presidência do Legislativo Municipal para o biênio 2020/2021. Sua família faz parte da memória política da região do litoral norte paulista. Seu pai, José Pereira de Aguilar, apresenta uma importante trajetória política em Caraguatatuba, tendo sido vereador, presidente da Câmara, nos anos de 1992, e prefeito deste município, entre 2005 a 2008. Na cidade vizinha, São Sebastião, seu avô, Dario Leite Carrijo, também contribuiu para história local, sendo vereador e presidente do Legislativo sebastianense. Suas ações em prol dos munícipes resultaram em diversas homenagens à sua memória, entre elas, atribuiu-se seu nome a uma das avenidas da região norte de São Sebastião. Assim, Tato busca deixar a sua marca na história política da região. Para tanto, sua gestão é marcada pela transparência, comunicação com os cidadãos e, sobretudo, pelo bom funcionamento dos serviços públicos.

Memória Viva:
Câmara Municipal de Caraguatatuba

Apresentação

O presente livro é resultado das ações educativas realizadas no espaço da Câmara Municipal de Caraguatatuba. Uma dessas ações trata-se do Programa “A Escola vai à Câmara”, criado pelo Decreto Legislativo nº 179/2009 e reeditado pelo Decreto Municipal nº 348/2017. Essa ação tem como objetivo central oferecer aos alunos do Ensino Fundamental uma vivência política na Câmara. Os alunos tomam consciência, por meio de atividades legislativas simuladas, do funcionamento da Câmara, das funções dos vereadores, da importância da retórica, do respeito pelo ponto de vista divergente, entre outros aspectos. O programa estimula o exercício da cidadania e da democracia no município.

Assim, para ampliar essa ação, o livro – *Câmara Municipal de Caraguatatuba: Memória Viva* – traz a história dessa instituição, bem como, o funcionamento de suas estruturas mais gerais. É importante ressaltar que a História da Câmara torna-se fundamental para o reavivamento e ressignificações da memória de Caraguatatuba. Além disso, esse livro pretende, ao revisitar a história política de Caraguatatuba, fortalecer nossas instituições e reforçar seu papel democrático.





Sumário

I.	Introdução	6
II.	Localização e Território	9
III.	Breve História de Caraguatatuba	10
	Terra Abundante de <i>Caraguatá</i>	10
IV.	Câmara Municipal	18
	Um Pouco de História	18
V.	Câmara Municipal em Caraguatatuba	20
	Origens Históricas	20
	A Câmara no século XIX	22
	A Câmara no século XX	24
	A Câmara no tempo de Getúlio Vargas	29
	A Câmara e a modernização de Caraguatatuba	32
	O expresso da mandioca	34
	A década de 1960: o divisor de águas na política caraguatatubense	37
VI.	Câmara Municipal nos Dias de Hoje	40
	O Funcionamento da Democracia e os Três Poderes	40
	A Câmara Municipal de Caraguatatuba é o Poder Legislativo	42
	Funções da Câmara Municipal de Caraguatatuba	43
	Funcionamento da Câmara e suas Atribuições	46
	A Câmara na Pandemia	50
	Legislaturas	53
	Galeria de Presidentes	66
	Galeria das Vereadoras	68
	A Bandeira de Caraguatatuba	70
	O Hino de Caraguatatuba	72
VII.	Referências	73



I. Introdução



Vista do Mirante do Camaroeiro

Você sabia que a Mata Atlântica cobria toda a faixa litorânea de norte a sul do Brasil?

HOJE NOS RESTA MUITO POUCO
DESSA MATA. GRANDE PARTE DO QUE
TEMOS DE MATA ATLÂNTICA ESTÁ
PRESERVADA EM PARQUES, RESERVAS
E ESTAÇÕES AMBIENTAIS.

O município de Caraguatatuba está localizado na região do Litoral Norte de São Paulo, entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. Os rios da Serra nascem entre a vegetação da Mata Atlântica e deságuam em Caraguatatuba. Parte deste patrimônio natural é preservada pelo Parque estadual da Serra do Mar. No Parque existem muitas espécies de aves, plantas e animais preservados. Ali encontramos trilhas, cachoeiras e piscinas naturais que encantam a todos.

Caraguatatuba é considerada uma das cidades mais lindas do país! Conta com uma beleza natural e uma estrutura urbanística que lhe conferiu o título de Estância Balneária. A força desse município e de seu povo está presente na sua história. História de superação, reconstrução e de muito sucesso.



Vista aérea da Prainha, onde está localizada a famosa Pedra do Jacaré

II. Localização e Território

Caraguatatuba faz fronteira com a Natividade da Serra, a norte,
Ubatuba a nordeste,
Com São Sebastião a sul, Salesópolis a oeste e Paraibuna a noroeste
E com o Oceano Atlântico a sudeste.

Caraguatatuba – uma estância balneária

O MUNICÍPIO FOI RECONHECIDO
COMO ESTÂNCIA BALNEÁRIA EM 1947.
CABE DESTACAR QUE, O ESTADO DE
SÃO PAULO POSSUI DIVERSAS CIDADES
CONSIDERADAS ESTÂNCIAS. AS
CIDADES ESTANCIEIRAS PODEM SER:
TURÍSTICA, CLIMÁTICA, BALNEÁRIA OU
HIDROMINERAL. PARA OBTENÇÃO DESTE
TÍTULO É NECESSÁRIO ALCANÇAR CERTOS
PRÉ-REQUISITOS, DEFINIDOS POR UMA
LEI ESTADUAL. CARAGUATATUBA FAZ
PARTE DAS 15 CIDADES CONSIDERADAS
ESTÂNCIAS BALNEÁRIAS PELO ESTADO
DE SÃO PAULO.

III.

Breve História de Caraguatatuba

Terra Abundante de *Caraguatá*

Os registros históricos indicam que – no princípio da colonização do Brasil – os Tupinambás habitavam essa área atual de Caraguatatuba. Segundo as fontes, eles não foram amistosos com os invasores portugueses - como os Tupiniquins, por exemplo. Naquele momento, essas bandas já eram conhecidas por *Caraguatás*, devido a uma espécie de planta, muito abundante naquela área. Assim, “a Terra dos Caraguatás” surgiu, primeiramente, da língua Tupi imprimindo na memória da cidade as marcas dos povos indígenas que nela deixaram.

No entanto, outros documentos mostram uma possível presença dos Gueromimis (também conhecidos por, Maromomis, Miramumis e Gua-romomins). Essse grupo, pertencente ao Tapuia, se fixou, sobretudo na Enseada do Juqueriquerê. Segundo Arouca (2003), os Gueromimis migraram para o litoral norte no século XVI, fugindo de represálias tanto dos colonizadores, como de outros grupos indígenas guerreiros. De modo que a partir do século XVII há indícios da forte presença dos Gueromimis nas terras de Caraguatatuba.

Nesse momento, a região passou a ser conhecida como “Enseada dos Gueromimis”. Em fins do século XVII, porém, há uma lacuna nas fontes históricas, pois não há registro algum que aponte a presença desse grupo étnico na região. Parece-nos que a colonização, à medida que se intensificava no litoral norte paulista, trazia, como consequência de sua face violenta, a extinção desse grupo.

Pode-se dizer que Caraguatatuba foi povoada no início do século XVII, através da doação das Sesmarias – grandes lotes de terras doados pelos donatários. O primeiro ponto de povoamento estava concentrado na bacia do Rio Juqueriquerê – local que despertava a atenção dos colonos, devido a sua proximidade com o rio. Em 1609, foi doada neste local uma porção de terras a Miguel Gonçalves Borba e Domingos Jorge. A partir dessa data, começou a surgir o primeiro povoado da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba.

Você sabia?

A PALAVRA CARAGUATATUBA DERIVA DO TUPI-GUARANI E SIGNIFICA “TERRA DE MUITO CARAGUATÁ”. CARAGUATÁ, TRATA-SE DE UMA PLANTA ESPINHOSA (*BROMÉLIA BALANSAE*), E TYBA SIGNIFICA ABUNDÂNCIA. DAÍ O NOME, CARAGUATATUBA – LUGAR DE MUITO CARAGUATÁ. ESSA PLANTA ERA ENCONTRADA EM ABUNDANCIA NESTA ÁREA, NAS MATAS ADENTRO E EM LUGARES ÚMIDOS. AS FIBRAS DESSA BROMELÍCEA SERVIRAM PARA FABRICAÇÃO DE SANDÁLIAS DOS PADRES MISSIONÁRIOS QUE POR ALI HABITARAM.

Vista do mar dos morros do Camaroeiro, da Prainha e da praia Martim de Sá

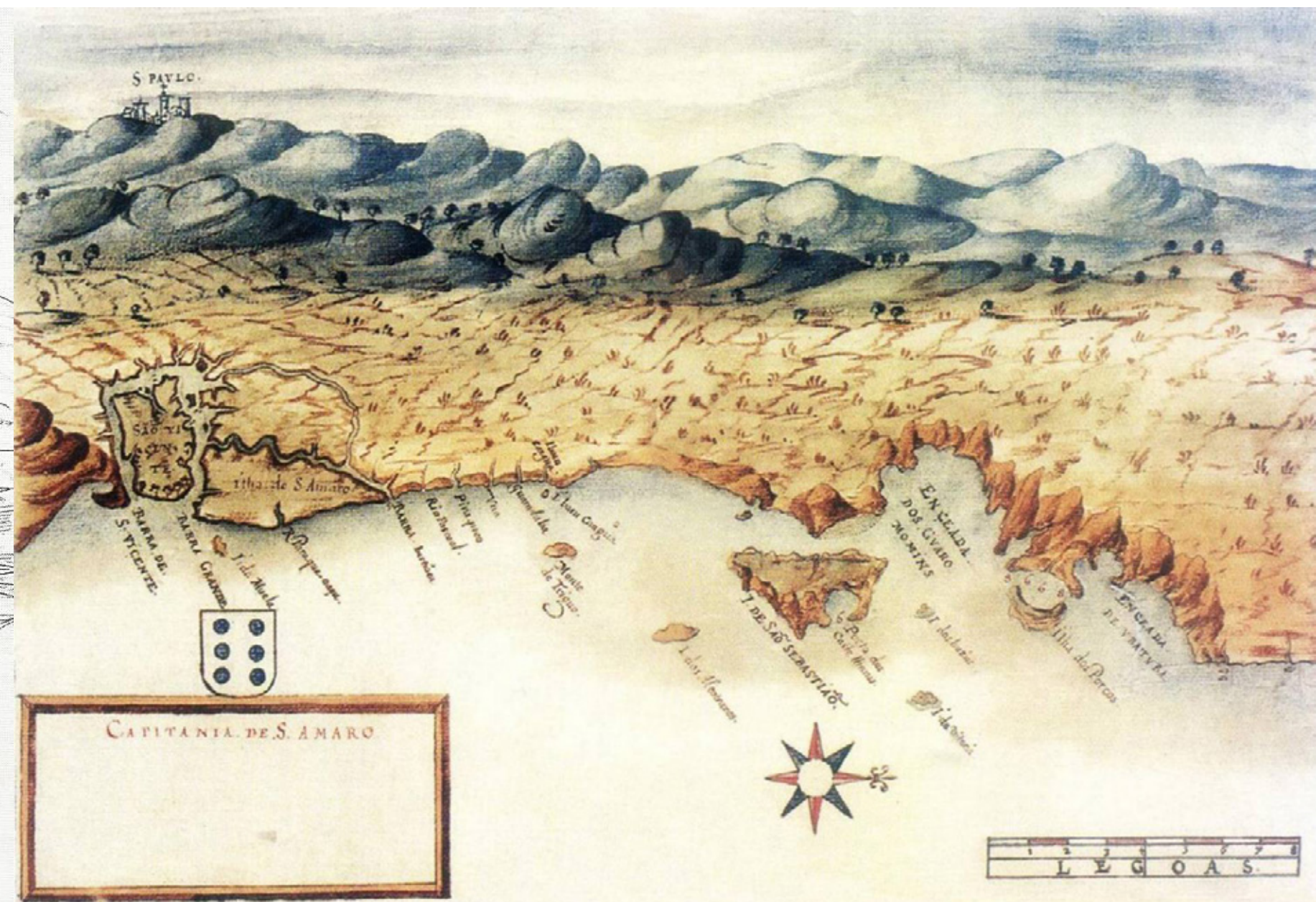


Caraguatá ou gravatá, carauatá, cruatá, coroá, croata e croá são nomes de plantas da família das bromélias | foto: mapio.net





Fundação de Caraguatatuba | ilustração: Olga Duarte Nóbrega, in: Campos, 2000, p. 7



Capitania de Santo Amaro e localização da Enseada dos Guaromomins | ilustração: João Teixeira Albernáz, séc. XVII
Imagem: Centro de Documentação da Baixada Santista/Universidade Católica de Santos, in Presença da Engenharia e Arquitetura – Baixada Santista, de Wilma Therezinha Fernandes de Andrade, Livraria Nobel/Empresa das Artes, São Paulo/SP, 2001.

III.
Breve História de Caraguatatuba



Entre 1664 e 1665, há indícios dos primeiro edifícios no vilarejo, como a da Igreja de Santo Antônio, que seria o padroeiro de Caraguatatuba.

Vista aérea do Morro Santo Antonio onde fica a estátua do padroeiro da cidade

Memória Viva:
Câmara Municipal de Caraguatatuba

SANTO ANTÔNIO É O SANTO PADROEIRO DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA. A PRIMEIRA CAPELA FOI CONSTRUÍDA EM SUA HOMENAGEM. NO PERÍODO COLONIAL, TODO POVOADO OU VILA DEVERIA TER UMA CÂMARA, PELOURINHO E UMA IGREJA. NESSA ÉPOCA, A TRADIÇÃO PORTUGUESA INDICAVA PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA, A ESCOLHA DE UM SANTO PADROEIRO PARA O POVOADO. PARA CADA POVOADO HAVIA UM PADROEIRO PROTETOR QUE ERA HOMENAGEADO EM DATA ESPECÍFICA. NESSE DIA, A COMUNIDADE REALIZAVA PROCISSÕES E FESTEJOS POPULARES. EM CARAGUATATUBA, OS RELATOS MAIS RECENTES INDICAM PROCISSÕES REALIZADAS EM HOMENAGEM AO SANTO ANTÔNIO QUE SE TORNARAM HISTÓRICAS. O TRAJETO PARTIA DA MATRIZ (NO CENTRO) EM DIREÇÃO AO MORRO – DEPOIS BATIZADO DE SANTO ANTÔNIO. ESSA PROCISSÃO SE TORNOU UM PONTO FORTE NA HISTÓRIA DA CIDADE. NO MORRO DE SANTO ANTÔNIO FOI ERGUIDO, NA DÉCADA DE 1950, UMA ESTÁTUA DO PADROEIRO.



Fachada da Igreja Matriz de Caraguatatuba, séc. XX
foto: Divulgação



Fachada da Igreja Matriz de Caraguatatuba, séc. XXI



Vista aérea da Praça Cândido Mota e da igreja Matriz de Santo Antônio que, no ano de 2019, se tornou o Santuário Diocesano de Santo Antônio de Caraguatatuba

IV. Câmara Municipal

Um pouco de História

As câmaras municipais surgiram no período colonial brasileiro, como uma necessidade em organizar ações político-administrativas do espaço urbano. A coroa portuguesa elegeu as Câmaras como órgãos regulamentadores da vida política e social dos centros urbanos. Sua função estava voltada para a resolução de problemas locais, como – controlar gastos, realizar obras públicas, fiscalizar as atividades comerciais, preservar o patrimônio público, entre outras.

Os registros históricos apontam que a primeira câmara municipal tem origem no ano de 1532, na vila de São Vicente.

As câmaras apenas se erigiam nos locais com estatuto de vila, como resultado de uma petição dos moradores ao rei.



Prédio da primeira Câmara e Cadeia de São Vicente. O município foi o pioneiro da América a realizar eleição e consulta pública.
foto: reprodução, publicada no jornal *A Tribuna* em 22/9/2012

As decisões sobre o espaço público eram tomadas a partir de um grupo de vereadores, presidido por um juiz. Tal grupo era formado por grandes proprietários de terras da sua localidade, chamados de “homens bons”. No período colonial, eles compunham o grupo responsável pelo espaço público. As mulheres, pessoas escravizadas, crianças, pequenos proprietários ficavam excluídos da vida política.

As câmaras municipais, inicialmente, fizeram alianças com a coroa portuguesa. Muitas de suas ações estavam voltadas à defesa do projeto colonizador. Mas, ao longo do tempo, elas se tornaram um poder local com interesses próprios, nos quais se chocaram com a metrópole. Esse embate resultou nos movimentos de independência no Brasil.



Funcionário a passeio com sua família | Jean-Baptiste Debret

Você sabia?

AS CÂMARAS ERAM FORMADAS POR UM JUIZ PRESIDENTE, DOIS A SEIS VEREADORES E UM PROCURADOR. O JUIZ PRESIDENTE DEVERIA SER UM REPRESENTANTE DA ELITE LOCAL. A FORMAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA ERA FEITA POR MEIO DE ELEIÇÕES. NO ENTANTO, ERAM CONSIDERADOS ELEITORES APENAS HOMENS, PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E DE ESCRAVOS. ERAM EXCLUÍDOS DO PROCESSO ELEITORAL: MULHERES, PESSOAS ESCRAVIZADAS, PESSOAS SEM PROPRIEDADES, JUDEUS ETC.

A EXPRESSÃO “HOMENS BONS” SURTIU EM PORTUGAL NO PERÍODO MEDIEVAL E SE REFERIA A UM REPRESENTANTE LOCAL. ESSE TERMO FOI TRANSPLANTADO PARA O BRASIL E GANHOU NOVOS SIGNIFICADOS, COMO UM REPRESENTANTE DO PODER LOCAL. PARA FAZER PARTE DESSE GRUPO DE “HOMENS BONS” ERA NECESSÁRIO SER HOMEM, MAIOR DE 25 ANOS, CASADO, PROPRIETÁRIO DE TERRAS E BENS, PRATICANTE DA FÉ CATÓLICA. NESSE MOMENTO, PERCEBEMOS QUE GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO FICAVA EXCLUÍDA DA POSSIBILIDADE DE OCUPAR CARGOS E DE PARTICIPAR DAS DECISÕES PÚBLICAS. APESAR DAS CÂMARAS TEREM ASSUMIDO DIVERSAS FUNÇÕES HAVIA UM FOCO MAIOR NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DO POVOADO.

v. Câmara Municipal em Caraguatatuba

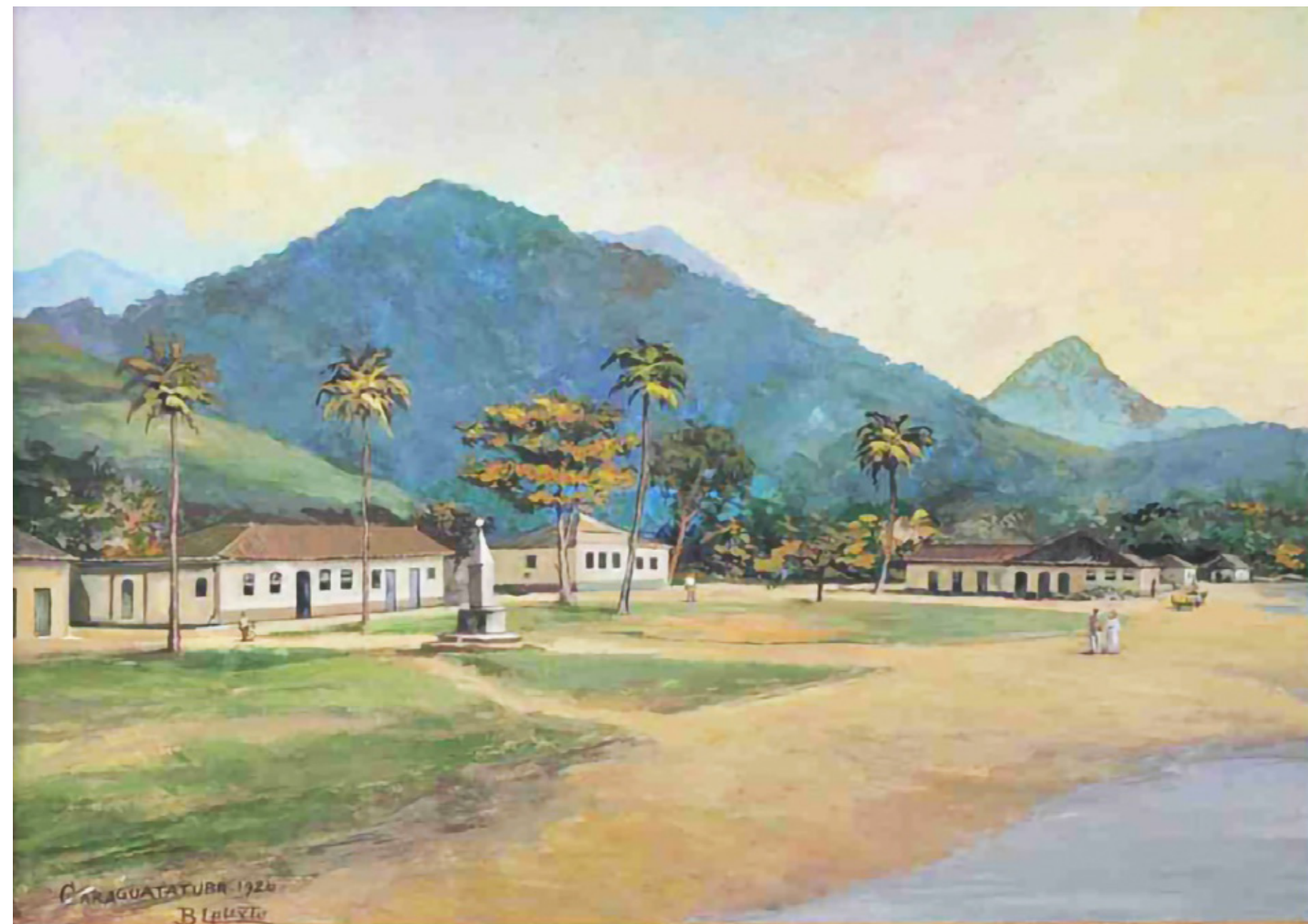
Origens históricas

A Câmara municipal em Caraguatatuba surgiu no dia 20 de abril de 1857, através da Lei Provincial nº 30. Como consequência, foi erigido também a Cadeia Pública. Nesse momento, a Vila de Santo Antonio deixava de ser uma freguesia e ad-

quiria o estatuto de Vila. Durante esse ano inaugural, houve a primeira sessão da Câmara acompanhada de uma cerimônia solene presidida por Hermenegildo Antônio Ferreira (presidente da Câmara de São Sebastião).



Antiga praça de Santo Antônio – Praça Cândido Mota, década de 20 | <http://toninhofelix.blogspot.com/2012/01/fotos-de-caraguatatuba-antigas-anos-20.html>



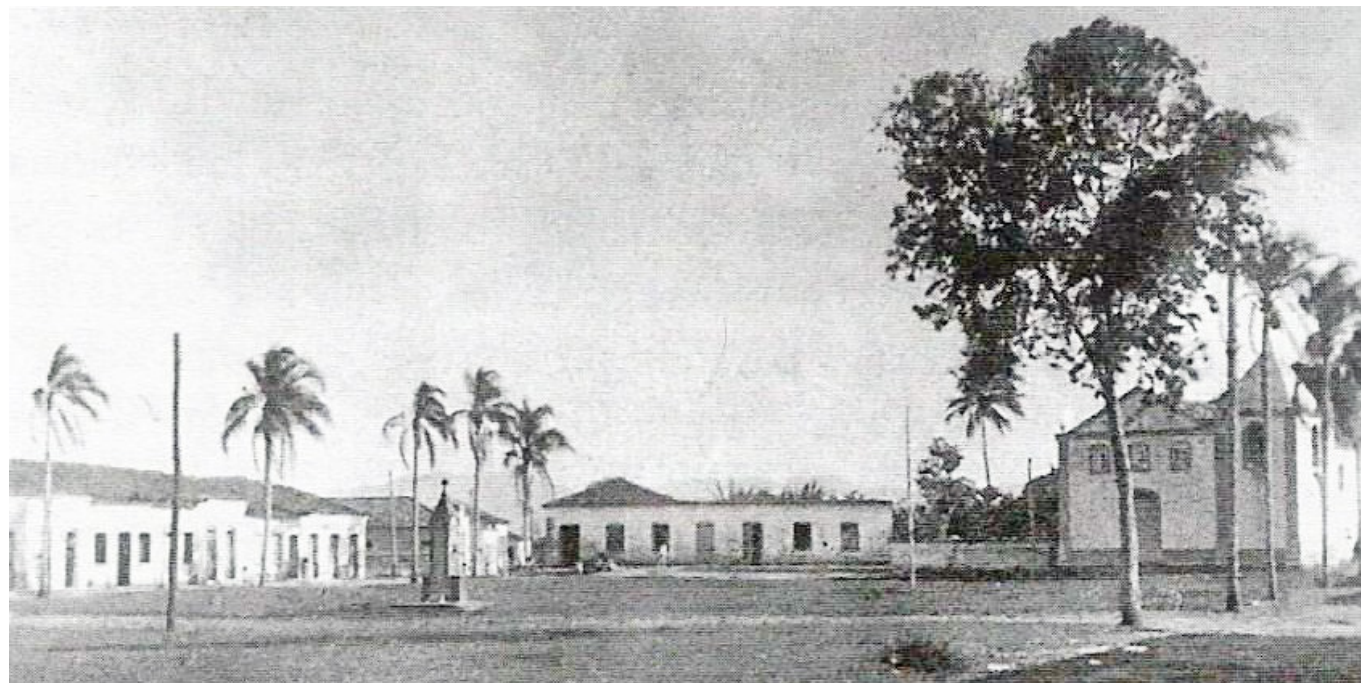
Caraguatatuba, Aquarela, 42x52, 1920 | Benedito Calixto

A Câmara no século XIX

Diferente do que muitos imaginam, Caraguatatuba, no século XIX, não era uma Vila somente de agricultores, mas também de pescadores. Havia uma forte presença da pesca, sobretudo a da baleia. Isso gerava um grande impacto econômico para o povoado. No começo do século XIX, há registros de 15 pescadores na Vila. A pesca de Tainha era bem forte nos meses de maio e julho. Essa atividade auxiliava na economia de subsistência – característica desse povoado.

Você sabia?

NO SÉCULO XIX, AS TAINHAS MIGRAVAM PARA A DESOVA. NESSE PERÍODO HAVIA MUTIRÕES DE PESCA, CHAMADOS “CAMPANHAS”. UTILIZAVAM-SE REDES DE VÁRIOS TAMANHOS. OS PEIXES ERAM SALGADOS E SERVIAM PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E PARA SEREM COMERCIALIZADOS. (AROUCA, 2003)



Praça Dr. Cândido Mota, Caraguatatuba, 1929 | foto: Arquivo Tamoios News

Com relação a Câmara municipal, há poucos dados históricos nesse momento. Sabe-se que de 1857 a 1908, o presidente da Câmara exercia também a chefia do Poder Executivo, ou o cargo era oferecido a outro cidadão considerado importante para os critérios da época. Assim, a primeira composição do Legislativo Municipal em Caraguatatuba teve como presidente e intendente municipal, que fazia às vezes do prefeito, Tertuliano Antonio Fogaça. Segundo Arouca (2003), entre 1894-1902, a primeira Câmara fora estruturada da seguinte forma: “Tertuliano Antonio Fogaça (Presidente), Luiz Antonio Maciel, Joaquim Marcondes Sodré, Adelino Bordini do Amaral João Eliseu de Mattos e João Antonio dos Santos. Suplentes José Gerônimo Borges e Melchiades Correa Alves.”

A Câmara não só deliberava como autorizava sobre regras de posturas municipais, a construção de prédios e determinava serviços de limpeza pública e obras. Fazia a prestação de contas do município diretamente ao secretário da Fazenda Pública do Estado, além dos contatos com as autoridades da administração estadual.

Arouca (2003) destaca ainda que o estatuto da Câmara multava vereadores que não comparecessem à sessão sem comunicar aos seus pares e ao

presidente, assim como não havia remuneração para o mandato de vereador. Os documentos indicam multa ao vereador João Eliseu de Mattos por ter faltado à sessão ordinária. Outro aspecto apontado pelo autor é a preocupação dos legisladores com a iluminação pública. Esse parece ter sido um tema recorrente nas sessões da Câmara no final do século XIX e meados do XX. Tanto o querosene, que vinha do Rio de Janeiro, quanto a manutenção das lamparinas traziam custos altos para a Vila.

Você sabia?

AS POSTURAS MUNICIPAIS FORMAVAM UM CONJUNTO DE NORMAS E REGRAS DE CONDUTA DOS CIDADÃOS. O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS SURTIU NO PERÍODO COLONIAL DO BRASIL E ORIENTAVA O USO DE BENS URBANOS, PADRÕES DE HIGIENE NAS ÁREAS PÚBLICAS. TAMBÉM SE PAUTAVA EM PROIBIÇÕES E RESTRIÇÕES ÀS FORMAS DE SE VESTIR E SE RELACIONAR COM OS DEMAIS MEMBROS DO POVOADO. PARA ESSAS NORMAS E REGRAS SOCIAIS HAVIA PENALIDADES SEVERAS. A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, O CÓDIGO DE CONDUTA PERDEU SUA IMPORTÂNCIA.

A Câmara no século XX

Nas primeiras décadas do século XX grande parte da população de Caraguatatuba ainda habitava a área rural da cidade. Além disso, observa-se, nesse momento, a existência de grupos de pescadores, distribuídos pelas praias. A população era pequena, a cidade apresentava um desenho urbano marcado por poucas ruas e por apenas

uma praça. A comunicação era feita pela via marítima de forma precária, as casas e os ranchos de canoas eram espalhados pela costa.

Caraguatatuba, cruzamento da rua Dr. Altino Arantes com a Rua Santa Cruz, 1932 | foto: Arquivo Municipal Arino Sant'Ana de Barros de Caraguatatuba



Dr. Altino Arantes, presidente de São Paulo sendo carregado por pescadores de Caraguatatuba quando veio visitar o município em 1929
foto: Arquivo Municipal Arino Sant'Ana de Barros de Caraguatatuba

Na política, o ano de 1908, segundo Arouca (2003), houve uma separação do Executivo com o Legislativo, ou seja, o poder executivo passava a ter independência e outras responsabilidades na administração pública. No entanto, Arouca (2003) afirma que na prática o prefeito da época, Tertuliano, continuou acumulando as duas funções. Esse prefeito marcou a história política da Vila das primeiras décadas do século XX. O autor aponta que Tertuliano construiu um cemitério municipal, no bairro do Benfica (inaugurado em 1894). Isso foi um grande marco, já que os cemitérios eram administrados pela Igreja, geralmente localizados na parte dos fun-

dos da Igreja Matriz. Tertuliano também tinha um projeto de abertura de acesso a Ubatuba, a partir dos bairros do norte da vila, como Getuba, Massaguaçu, Cocanha e Mococa. Havia nesse momento apenas uma trilha tortuosa e estreita margeando a costa.

A partir de 1912, Arouca (2003) aponta para uma nova fase da vida política, caracterizada pela presença de figuras e lideranças políticas importantes, como Benedito Zacharias Arouca, conhecido como “Seu Ditinho”. Sua família já participava da vida política da vila desde, pelo menos, os anos de 1861. A atuação de Benedito Zacharias Arouca (entre 1923-1926) se inseria no quadro de mudanças em Caraguatatuba: o surgimento da energia elétrica pública, construção do chafariz e inauguração de água encanada.

Todas essas obras trouxeram uma melhoria na vida dos moradores. Nos livros de atas da Câmara constam as discussões e votações em torno da luz elétrica para o município. Outra importante conquista para Caraguatatuba foi a construção do primeiro Paço Municipal que abrigaria a Câmara, construído, segundo Arouca (2003) "por uma união de forças políticas". O prédio foi inaugurado em 1925 e demolido em 1968, por ordem do prefeito Geraldo Nogueira da Silva, “o Boneca”. (AROUCA, 2003, p. 42).

Caraguatatuba, cruzamento da rua Dr. Altino Arantes com a Rua Santa Cruz, 1932
foto: Arquivo Municipal Arino Sant’Ana de Barros de Caraguatatuba



Cabe ressaltar que essas mudanças vivenciadas na década de 1920 se intensificaram com o início das atividades da Fazenda de São Sebastião, conhecida depois como Fazenda dos Ingleses. Caraguatatuba viveu um surto de modernização nessa época. A Fazenda se dedicou a bananicultura e citricultura – produtos para exportação. Essa atividade agroexportadora levou à criação de uma rede ferroviária que atingiu 120 quilômetros de extensão. A produção saía do cais particu-

lar, situado no Porto Novo, e seguia para o canal de São Sebastião. No canal, a mercadoria era passada para os navios da companhia Blue Star Line que seguiam em direção aos portos da Inglaterra. Essa atividade porém, se encerrou a partir da década de 1960, sobretudo após a grande catástrofe que destruiu a cidade. A Fazenda dos Ingleses foi vendida para Serveng Civilsan, que passou a ser conhecida como Fazenda Serramar, cujo ramo produtivo passou a ser a pecuária.

Cais particular da Fazenda dos Ingleses
foto: Arquivo Municipal Arino Sant’Ana de Barros de Caraguatatuba



Você sabia?

A CATÁSTROFE EM CARAGUATATUBA OCORREU NO DIA 18 DE MARÇO DE 1967. FOI CONSIDERADA UMA DAS MAIORES CATÁSTROFES REGISTRADAS NA REGIÃO. A CHUVA FORTE E INCESSANTE CAUSOU O DESLIZAMENTO DO MORRO QUE COBRIU DE LAMA A CIDADE. MUITAS PESSOAS, CASAS E ANIMAIS FORAM SOTERRADOS. NO ENTANTO, AS CIDADES DO BRASIL SE MOBILIZARAM EM SOLIDARIEDADE À CARAGUATATUBA. A POPULAÇÃO LOCAL – EM UM ESFORÇO COLETIVO – RECONSTRUIU A CIDADE.



Catástrofe de 1967, morro do Jaraguá | foto: Arquivo Municipal Arino Sant’Ana de Barros de Caraguatatuba

A Câmara no tempo de Getúlio Vargas

Com o governo ditatorial de Getúlio Vargas, as câmaras municipais foram extintas no Brasil a partir de 1938. A Câmara municipal de Caraguatatuba apenas retornou para suas atividades em 1948, após o fim do Estado Novo getulista e dentro do movimento de redemocratização do Brasil.

Em Caraguatatuba, o fechamento da Câmara ocorreu em 1938:

“Termo de Entrega”
“Aos cinco dias do mês de julho de mil novecentos e trinta e oito, pelas 12 horas em a sala da Prefeitura desta cidade, compareceu o Sr. Benedito Zacharias Arouca com a presença do Sr. Sebastião Mariano Nepomuceno, Prefeito Municipal, de acordo com as instruções do Departamento das Municipalidades, fez entrega do arquivo da extinta Câmara Municipal, que em o mesmo edifício já se encontrava. E para constar eu Osiris Nepomuceno Santana, funcionário desta Repartição, designado para este termo e assino, digo, que assinam os presentes”.
(pagina 34 do Livro 14/5, das Atas da Câmara, a extinção do Poder Legislativo Municipal, apud AROUCA, 2003, p 43).



imagens: Acervo Folha, 80 anos Getulio Vargas

Você sabia?

NESTE MOMENTO, OS VEREADORES NÃO ERAM ASSOCIADOS AOS BAIRROS. A CÂMARA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 – EM PLENA DITADURA – FORAM IMPORTANTES MEDIADORES ENTRE AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO E O PODER EXECUTIVO. (SOUZA, 2010)

Na ditadura Vargas, o Poder Executivo nos municípios – na figura dos interventores - era nomeado pelo governo estadual e federal. Os interventores (os prefeitos), por meio de decretos, foram se sucedendo, governando os municípios de 1930 a 1946. O último interventor em Caraguatatuba, de acordo com Arouca (2003), foi Joaquim Evilásio do Amaral (governou de 1941 a 1946).

Foto tirada em 1945. Chegada dos expedicionários caraguatatubenses que lutaram na Segunda Guerra Mundial na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Foto divulgada em 15 de agosto de 1979, pelo jornal, *A Voz do Litoral*. Arouca (2003).



Na memória da cidade, o governo de Joaquim Amaral se insere em um período difícil, marcado pela Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, Caraguatatuba conviveu com a presença do Exército nas ruas. As Unidades Militares (do Batalhão de Infantaria de Caçapava e Pindamonhangaba) se alojaram no casarão em frente à Praça Diógenes Ribeiro de Lima, ocupando todo o quarteirão. A população local sentia temor pelo contexto de guerra e a situação de racionamento. Segundo Arouca (2003), havia racionamento de vários gêneros alimentício, como o açúcar. Nesse momento, muitas famílias adotaram a garapa para adoçar o café, se tornando hábito no município mesmo após a guerra. O toque de recolher e o black out causavam certo pavor nos moradores locais. Proibiu-se acender a luz dos postes públicos, acesas manualmente pela Cia de energia Light. Além disso, as janelas e portas das casas deveriam manter-se fechadas a partir das vinte e duas horas. Ninguém poderia circular pelas ruas, apenas as tropas militares que faziam a ronda. (AROUCA, 2003)

Você sabia?

MUITOS CARAGUATATUBENSES LUTARAM NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB). OS JORNAIS LOCAIS FIZERAM UMA HOMENAGEM NA DÉCADA DE 1970 A ESSES HERÓIS QUE LUTARAM NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA ITÁLIA: “FOI NO DIA 12 DE AGOSTO DE 1945, HÁ 34 ANOS, PORTANTO, QUE CHEGAVAM A ESTA CIDADE SEUS FILHOS, OS EXPEDICIONÁRIO NAVARINO LEITE DOS SANTOS (CILÓCO), GERALDO ESTEVAM DE MATOS, BENEDITO NUNES DA CRUZ, WALDOMIRO PASSOS (VAVÁ), BENEDITO PAES SOBRINHO. [...]” (JORNAL A VOZ DO LITORAL, APUD AROUCA, P 60-61).

A Câmara e a modernização de Caraguatatuba

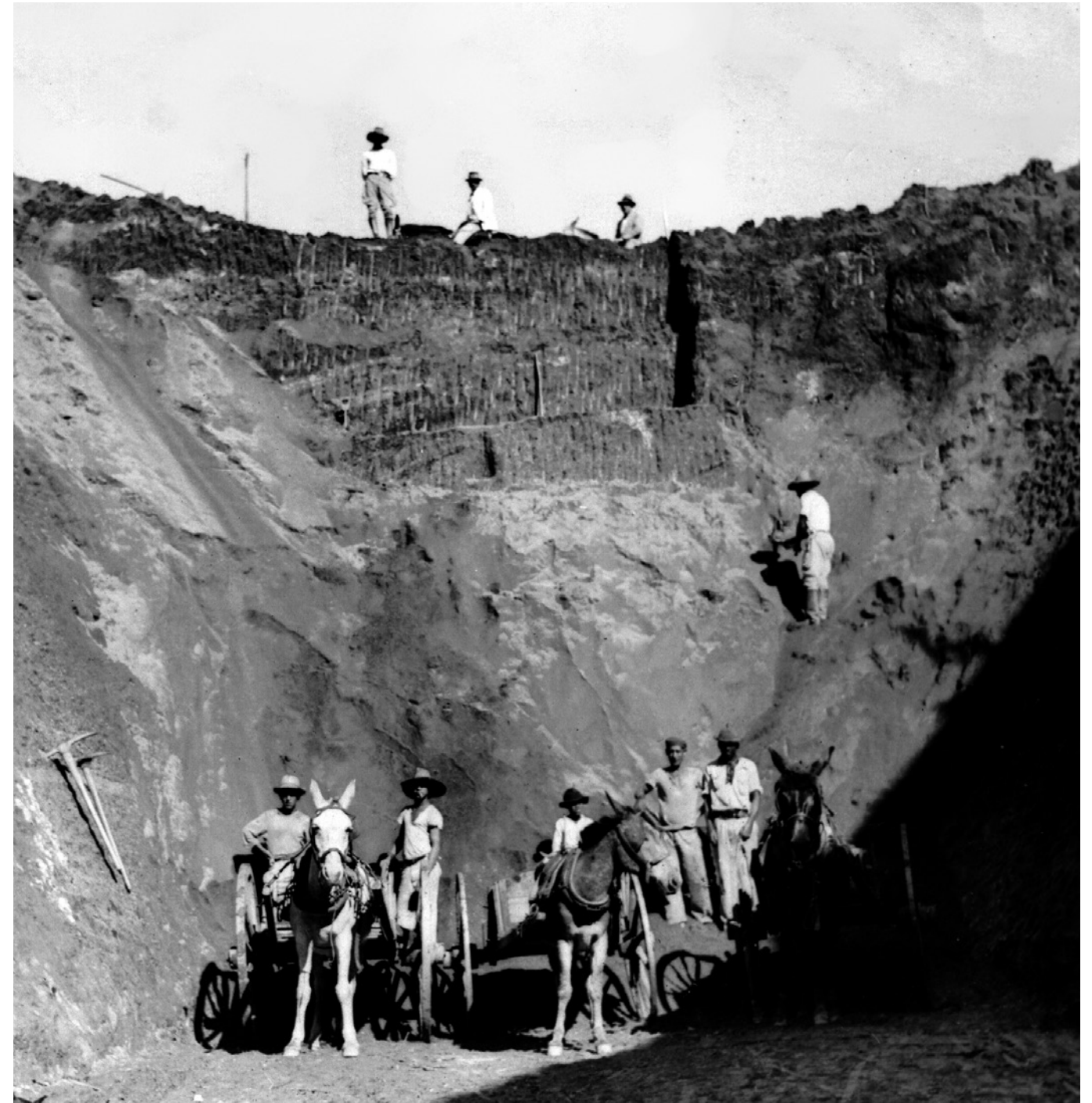
É importante destacar que durante na década de 1930 houve uma expansão da malha rodoviária que ligou Vale do Paraíba ao Litoral Norte, bem como, São Sebastião a Caraguatatuba. Na administração de José Bonifácio de Freitas (ente 1930 a 1933) ocorreu a abertura dessa ligação. Arouca (2003) destaca que em fins de 1931 o litoral norte se encontrava um pouco isolado do restante do Estado. Isso ocorria, principalmente, pela falta de acesso e vias que ligasse a região a outras. Segundo o relatório transcrito por Arouca (2003): “As ligações com o planalto eram feitas de Paraty para Cunha (de Ubatuba para São Luiz do Parahytinga) de Mocóca para Natividade da Serra, de Caraguatatuba para Paraybuna e do Una para Salesópolis. Esses pontos eram ligados por si por meio de caminhos estreitos e íngremes, acidentados (...) e todos para transito unicamente de pedestres e cavaleiros”. (AROUCA, 2003, p. 49). Nesse relatório, observamos a presença de José Hipólito do Rego que tinha sido deputado estadual e possuía um projeto rodoviário para a região. Além dessa figura, o capitão Edgard Pereira Armond, um dos autores do projeto de construção da estrada de rodagem.

Essas rodovias foram muito importantes para o crescimento de Caraguatatuba. O turismo passou a ser uma atividade fundamental em sua economia, sobretudo a partir da década de 1970. A visão sobre o turismo, como atividade econômica, já se apresentava nos debates políticos e na Câmara desde, pelo menos, a década de 1950. Os projetos de urbanização (com melhorias nos serviços públicos) e de construção de vias de acesso entre as regiões do Litoral Norte, Vale do Paraíba e São Paulo, bem como vias de acesso entre as cidades litorâneas e entre os bairros de Caraguatatuba. Esses são temas que atravessaram os debates políticos desde a década de 1930 em Caraguatatuba.



Rodovia dos Tamoios na década de setenta
foto: Arquivo da Concessionária Tamoios

Construção da Rodovia dos Tamoios na década de trinta
foto: Arquivo da Concessionária Tamoios



O expresso da mandioca

A administração de Carmínio Peixoto (de 1948 a 1951) foi marcada por um conflito com o Legislativo. Esse prefeito era sebastianense e foi o primeiro a assumir a prefeitura logo após o fim da ditadura Vargas. Na fase de normalidade democrática, Carmínio é lembrado por ter alongado a divisa do Porto Novo, atual bairro de Caraguatatuba.

A divisa alcançou o Perequê-Mirim, mas a intenção era alargar até a Enseada. O prefeito também buscou fazer alguns melhoramentos nas praias para atrair os turistas e se envolveu com o projeto de construção de uma estrada que pretendia ligar o litoral a Mogi das Cruzes, via Salesópolis.

Praia da frente, logo após os primeiros melhoramentos em 1950.
fonte: AROUCA, 2003, p. 68



No entanto, a gestão de Carmínio enfrentou uma forte tensão com a Câmara. O presidente do Legislativo era, naquele momento, Marcelo Pinto Passos. Esse não realizou eleições e resolveu manter a Mesa da Câmara sem renovar seus membros. Os vereadores se revoltaram e deixaram de ir às sessões ordinárias. O fato é que sem a participação desses vereadores não havia quorum para as sessões, impossibilitando suas realizações. Essa situação durou mais de três meses quando o presidente Marcelo Pinto cassou os mandatos dos vereadores. Depois de muitos conflitos foram convocados os suplentes que tomaram posse do cargo em 1949: Washington Luis dos Santos, José Pegorelli, Manoel Nunes Souza, Jorge Ribeiro Junior, Agenor Vicente de Moraes, Demerval Tixeira, Oswaldo Pimenta de Mello, Olegário Nardi e Leonor Solheiro Teixeira, a primeira mulher a assumir a cadeira na Câmara de Caraguatatuba. (Arouca, 2003)

A primeira mulher

LEONOR SOALHEIRO TEIXEIRA FOI A PRIMEIRA VEREADORA DE CARAGUATATUBA, ENTRE 1948 E 1951. SEGUNDO OS REGISTROS HISTÓRICOS, HOUVE UMA NOVA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO LEGISLATIVO SOMENTE EM 1997, NA 12ª LEGISLATURA, QUANDO **ADRIANA NAVES** E **DALVA SANTANA** ASSUMIRAM AS VAGAS DE SUPLENTES.

A 13ª LEGISLATURA (2001 A 2004) FOI MARCADA PELA ELEIÇÃO DE QUATRO MULHERES: **LEONOR DINIZ**, **DALVA SANTANA**, **MADALENA FACHINI**, **VERA PEIXOTO** E AINDA TIVEMOS **GEMMA TROMBINI** COMO SUPLENTE.

EM 2009, NA 15ª LEGISLATURA, TIVEMOS **SILMARA MATTIAZZO** E **VILMA TEIXEIRA** QUE TAMBÉM FOI ELEITA NAS LEGISLATURAS SUBSEQUENTES 16ª E 17ª. **SALETE PAES** TAMBÉM EXERCEU SEU MANDATO NA 17ª LEGISLATURA ENTRE OS ANOS DE 2016-2020.

POR FIM, TEMOS ATUALMENTE NA 18ª LEGISLATURA (2021-2024) A VEREADORA **VERA LÚCIA MORAIS** COMO REPRESENTANTE FEMININA NO LEGISLATIVO DE CARAGUATATUBA.

Nessa virada para a década de 1950, Carmínio Peixoto vivenciou a construção da estrada que ligava Caraguatatuba a Ubatuba. Uma das questões debatidas na Câmara foi a necessidade de transporte coletivo. Era difícil o tráfego de ônibus entre Ubatuba e Caraguatatuba, pois a estrada ainda tinha trechos que passavam pelas praias. Dentro desse contexto, a solução foi o “caminhão de Gonçalo Pacheco”, uma adaptação do automóvel, com bancos de tábuas e cobertura de lona, aberta aos lados. O caminhão conseguia passar pela areia dura das praias e pelas pontes instáveis nas travessias dos rios.

Esse transporte passou a ser conhecido como “Expresso da Mandioca” e era acessível aos usuários. No entanto, uma empresa de ônibus substituiu o caminhão improvisado. Essa Companhia fazia o trajeto São Paulo-São Sebastião e assumiu o de Caraguatatuba-Ubatuba. No entanto, não cumpria horários e deixava sem transporte a população dos bairros, Getuba, Massaguaçu, Fazenda Mococa e Tabatinga, assim como outros bairros de Ubatuba. O jornal, A Voz do Litoral, em 1955 noticiou as insatisfações da população de Caraguatatuba, exigindo a volta do “Expresso da Mandioca”. (Arouca, 2003)



Transporte coletivo Expresso da Mandioca, década de 1940 e 50.
foto: Arquivo Municipal Arino Sant’Ana de Barros de Caraguatatuba

A década de 1960: o divisor de águas na política caraguatatubense

Durante a década de 1960, a figura de Geraldo Nogueira da Silva, o “Boneca”, representou uma mudança na forma como se fazia política em Caraguatatuba. Os discursos, o carisma e o palanque se tornavam as novas estratégias políticas, se chocando, segundo Arouca (2003) com as formas tradicionais de se fazer política da época. Vale ressaltar que essas novas estratégias já tinham sido introduzidas no Brasil na década de 1930, sobretudo com Getúlio Vargas. Assim, Boneca se tornou vereador entre 1960 a 1963 e essa experiência o levou à vitória nas eleições para prefeito, em 1964. Geraldo Nogueira se envolveu em muitas polêmicas com a Câmara, uma delas foi a venda do antigo prédio da Prefeitura e a construção de um novo Paço, em outra localidade Também enfrentou os anos iniciais da ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964. Igualmente, lidou com a catástrofe que destruiu a cidade de Caraguatatuba. A escola política “bonequista” foi um norte para novas lideranças, articulações e se tornou forte na vida política caraguatatubense por por várias décadas.



O Brasão de Caraguatatuba

Vista aérea da praia Martim de Sá



VI.

Câmara Municipal nos Dias de Hoje

Câmara é um Exercício de Cidadania

O Funcionamento da Democracia e os Três Poderes

A Constituição da República Federativa do Brasil, editada em 1988, em Assembleia Nacional Constituinte, organizou a divisão dos Poderes em: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Esses poderes têm autonomia e funções definidas. O principal objetivo dessa divisão e funcionamento consiste em garantir os direitos sociais e individuais, a liberdade e a justiça social.

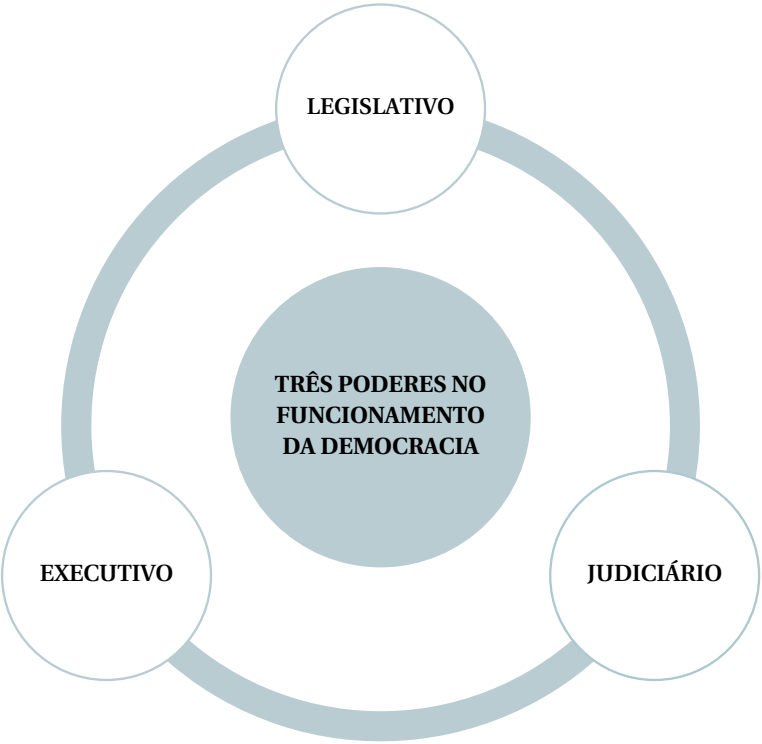


Figura 1: Esquema de funcionamento da democracia

Poder Executivo – É um poder exercido pelo presidente da República. Os presidentes são eleitos diretamente pela população votante do país. Seus mandatos são de quatro anos com direito a reeleição. Sua função e responsabilidade são amplas: administrar o Estado Nacional, investir no desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Poder Judiciário – Este poder subdivide-se em: Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), pelos Tribunais Regionais Federais (TRF) e Juízes Federais, pelos Tribunais e Juízes do Trabalho, pelos Tribunais e Juízes Eleitorais, pelos Tribunais e Juízes Militares e pelos Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios. É de responsabilidade do poder Judiciário a aplicação da lei em todo território nacional.

Poder Legislativo – Trata-se de um poder formulador e fiscalizador das leis. Há um circuito que abrange a esfera federal, aqui o legislativo é exercido pelos Senadores e Deputados Federais; a esfera estadual, exercido pelos Deputados Estaduais; e, por fim, a esfera municipal, o legislativo é exercido pelos Vereadores. Há também os espaços e instituições que guardam o Legislativo:

Congresso Nacional e Senado – os Senadores e Deputados Federais criam leis para o país e fiscalizam as ações do Executivo.

Assembleias Legislativas – os Deputados Estaduais criam as leis reguladoras dos Estados e fiscalizam as ações dos governadores.

Câmaras Municipais – criam leis para o município e fiscalizam as ações dos prefeitos.

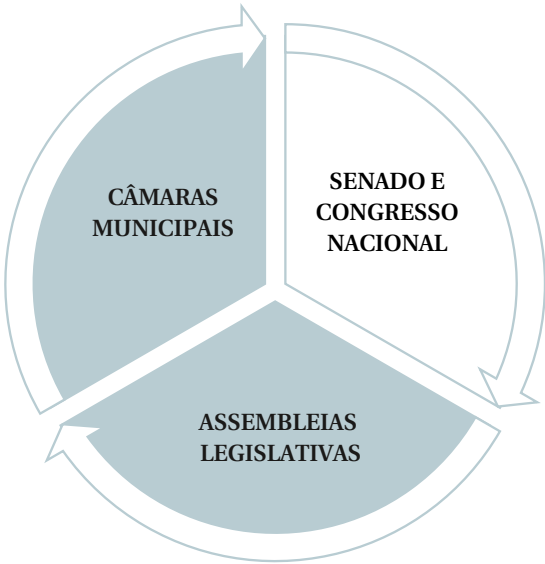


Figura 2: Esquema de funcionamento do Poder Legislativo

A Câmara Municipal de Caraguatatuba é o Poder Legislativo

A Câmara Municipal tem quatro funções principais, a saber: legislativa, fiscalizadora, julgadora e administrativa.

O Poder Legislativo é o mais representativo da comunidade, porque expressa as diversas opiniões encontradas na sociedade. Os vereadores e deputados, nossos legisladores, são escolhidos pela população para cuidar das leis – desde sua elaboração até seu cumprimento.



Plenário Benedito Zacarias Arouca,
Câmara Municipal de Caraguatatuba

A CÂMARA MUNICIPAL,
AO FAZER PARTE DO PODER LEGISLATIVO,
CONTRIBUI PARA O BOM FUNCIONAMENTO
DA DEMOCRACIA.

A Câmara faz parte do governo local e abarca os representantes da vontade popular. É um órgão que representa o poder legislativo municipal. Além disso, constitui um elemento básico do conceito de autonomia dos municípios. Isso ocorre porque os municípios são regidos pela noção de “governo próprio” – ou seja, característica política da autonomia, assegurada pela Constituição Federal no art. 15.

Em outras palavras, “governo próprio” significa um governo que se organiza de acordo com a vontade dos governados.

A Câmara Municipal de Caraguatatuba é composta por 15 vereadores, que são os agentes políticos do governo local, eleitos pelos munícipes (Constituição Federal, art. 15, 1). Os vereadores dispõem de um órgão diretivo chamado Mesa.

Funções da Câmara Municipal de Caraguatatuba

Legislativa – Consiste em elaborar as leis que são da competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em leis buscando organizar a vida da comunidade.

Fiscalizadora – Fiscaliza a Administração Municipal, por meio da análise de contas da Prefeitura, dos pedidos de informações sobre atividades da Administração, da convocação do prefeito ou de seus auxiliares diretos para prestar informações sobre assuntos administrativos ou de comissões de investigação ou de inquérito.

Administrativa – A Câmara tem uma parte administrativa e conta com seu quadro de servidores, que garantem o funcionamento de todos os setores.

Julgadora – A Câmara tem a função de julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os próprios Vereadores, quando praticam ações político-administrativas não condizentes com os interesses do Município. Esses julgamentos podem concluir, inclusive, pela perda do mandato. Outro julgamento é o das contas da Administração.



Poder executivo



Prefeitura Municipal de Caraguatatuba | foto: divulgação

Poder legislativo



Câmara Municipal de Caraguatatuba | foto: divulgação

Poder judiciário



Forum de Caraguatatuba | foto: divulgação

Existe um termo específico para o espaço onde os vereadores se reúnem e discutem: o Plenário

ELE É CONSIDERADO UM ÓRGÃO DELIBERATIVO DO PODER LEGISLATIVO, SOBERANO EM SUAS DECISÕES E É FORMADO PELOS VEREADORES (ESFERA MUNICIPAL), DEPUTADOS E SENADORES (ESFERA ESTADUAL E FEDERAL). NO PLENÁRIO, EXISTEM AS SESSÕES PLENÁRIAS, ONDE REÚNEM OS VEREADORES, NO CASO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PARA DISCUTIR E VOTAR PROJETOS.

O PLENÁRIO DA CÂMARA DE CARAGUATATUBA TEM O NOME DE BENEDITO ZACARIAS AROUCA, EM HOMENAGEM AO EX-VEREADOR E EX-PREFEITO, QUE GOVERNOU ESSA CIDADE DE 1923 A 1926. DENTRE AS VÁRIAS OBRAS NESTA GESTÃO, DESTACA-SE A VINDA DA LUZ ELÉTRICA, EM 1924, QUANDO APENAS POUCAS RUAS A TINHAM, E A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA, JUNTAMENTE COM A CÂMARA.

Quais são as funções e o papel dos vereadores?

- CRIAM PROJETOS DE LEIS (OU EMENDAS) A PARTIR DE UMA DEMANDA DA POPULAÇÃO;
- SÃO NOSSOS LEGISLADORES LOCAIS;
- TODAS PROPOSIÇÕES SÃO DISCUTIDAS, VOTADAS OU VETADAS (EM SE TRATANDO DE PROJETO DE LEI);
- FISCALIZAM A ADMINISTRAÇÃO;
- FORMAM A VOZ DA POPULAÇÃO E DE SEUS INTERESSES.

Todas as terças-feiras ocorrem as Sessões Plenárias na Câmara Municipal de Caraguatatuba. Nesse momento, os Vereadores se reúnem para debaterem projetos e outras proposições. Essas deverão ser deliberadas no Plenário ou ser despachada pelo presidente da Câmara. Pode ser deliberado: projeto de lei, projeto de decreto legislativo, pedidos de providencia, moção, requerimento, emenda, entre outras proposições. Mas, o que significa cada um desses termos?

Funcionamento da Câmara e Suas Atribuições

Lei Orgânica Municipal

Organiza os órgãos da Administração, a relação entre os órgãos do Executivo e Legislativo, disciplinando a competência legislativa do Município, além de estabelecer as regras de processo legislativo municipal e toda regulamentação orçamentária, em consonância com a Constituição Federal e Estadual.

Regimento Interno

Trata-se de um instrumento delineador das atribuições dos órgãos do Poder Legislativo. Nele estão contempladas as funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas da Câmara Municipal. Consiste, portanto, de um ato normativo de exclusiva competência da Câmara, não podendo sofrer qualquer interferência, quer seja do Estado, quer seja do próprio Prefeito. Seu cumprimento é condição primordial para o bom andamento dos trabalhos da Casa.

Mesa Diretora

Como órgão diretivo, compete-lhe a prática de atos de direção, administração e execução das deliberações aprovadas pelo Plenário, na for-

ma regimental. A Mesa é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e pelo Secretário. Ela é eleita com os votos dos Vereadores e o mandato é de um ano, podendo ser reeleita.

Projeto-de-Lei

É o instrumento por onde se exerce o poder de iniciativa legislativa. Deve conter todos os elementos formais e materiais da técnica legislativa para que seja distribuída na lei que se quer criar.

Requerimento

É todo pedido, verbal ou escrito, formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta.

Moção

É proposição em que é sugerida manifestação da Câmara Municipal sobre assunto da esfera municipal, estadual ou federal, apelando, reivindicando providências, hipotecando soliedariedade, protestando, repudiando ou aplaudindo. Está sujeita à votação em plenário.

Indicação

É a proposição com que os legisladores indicam aos Poderes Públicos a necessidade

de executar uma ação; ela contém sugestões sobre a conveniência de o seu destinatário realizar algo que escapa à competência legislativa.

Portaria

É um ato de que se serve o Presidente da Câmara, bem como Secretário, Mesa-Diretora e outras autoridades da Edilidade, para disciplinar assuntos administrativos individuais.

Ementa

Parte que sintetiza o conteúdo da lei, afim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislativa.

Proposições ou Proposituras

Toda matéria legislativa, sujeita ou não à deliberação do plenário. São elas: Propostas de Emendas à Lei Orgânica Municipal, Projetos de Lei Complementar e Ordinária, Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução, Moções, Requerimentos, Substitutivos, Emendas, Subemendas e Indicações.

Parecer

Pronunciamento das Comissões Permanentes (como também da Assessoria Jurídica da Câ-

mara), sobre a matéria que lhe foi distribuída para exame e deliberação.

Autógrafo

Texto final do projeto aprovado, assinado pela Mesa Diretora e encaminhado ao Prefeito Municipal para sanção ou veto.

Sanção

Aprovação de uma lei dada pelo Chefe do Executivo (prefeito).

Ordem do Dia

Relação das proposições que serão submetidas à aprovação do Plenário (discussão e votação).

Tramitação

Caminho que a proposição deverá seguir desde seu registro de entrada até o resultado final.

Pauta

Período em que uma proposição fica à disposição dos Vereadores para exame e eventuais emendas.

Plenário

Espaço onde acontecem às sessões e são votadas às proposições. Suas atribuições são deliberativas e legislativas.

Quorum

Exigência de determinado número de vereadores presentes para exercer determinadas atividades. Para abertura das sessões, conhecimento do expediente e debate dos assuntos, devem haver no mínimo sete vereadores

Tramitação de Matéria ou Projeto

É o que tecnicamente se pode denominar procedimento legislativo, que é o modo pelo qual os atos do processo legislativo se realizam, e diz respeito ao andamento da matéria na Câmara.

Sessões Legislativas

A Câmara Municipal exerce suas funções em períodos anuais, que se chamam Sessões Legislativas, que, pelo visto, não se confundem com legislatura. Sessão Legislativa é o período de trabalho da Câmara dentro do ano civil, havendo em cada legislatura quatro Sessões Legislativas, entremeadas de recessos. Elas podem ser ordinárias ou extraordinárias.

Sessões Solenes de Instalação

Cada vez que há eleição municipal em que são eleitos novos Vereadores, bem como Prefeito e Vice-Prefeito, é preciso dar-lhes posse. A Lei Orgânica diz que a posse se dará no

dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição. Aí se realiza a sessão solene, com a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice.

Sessões Solenes, Especiais ou Comemorativas

São as sessões convocadas para a prestação de homenagens ou realização de comemorações cívicas, em qualquer recinto e com qualquer número de vereadores, pois nelas nada se delibera. As especiais podem dedicar o tempo para abordar um tema específico. As solenes servem também para comemorar datas importantes.

Sessões Ordinárias

São as sessões já previstas para acontecer. É aquela em que se baseia a maior parte da atuação do Legislativo. Possui em várias partes, cada uma com finalidade distinta:

Expediente

A sessão é aberta com a leitura do expediente. Ele é formado de toda correspondência recebida, expedida, processos, projetos, expedientes apresentados pelos Vereadores, Prefeito e terceiros. Tudo, enfim, que for encaminhado à Câmara de Vereadores e tudo o que ela encaminha. A leitura é para que todos os Vereadores

tomem conhecimento do que acontece e para oficializar toda matéria expedida e recebida. Terminada a leitura o Presidente destina o tempo restante da hora do expediente para o uso da palavra pelos Vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro, versando sobre o tema livre e também para o uso da tribuna livre.

Pequeno Expediente

É o espaço durante o qual os Vereadores podem apresentar breves comunicações ou comentários sobre as matérias apresentadas.

Grande Expediente

É um espaço para que os vereadores se manifestem sobre os mais diferentes assuntos de interesse público.

Ordem do Dia

É o espaço dedicado especialmente aos trabalhos legislativos, quando os Vereadores discutem, debatem, esclarecem e votam as proposições legislativas constantes da pauta.

Ata

Todas as atividades são registradas em ATA, resumo de todo o expediente e de todas as manifestações em Plenário. Documento importan-

te que colabora na busca de temas abordados e na identificação dos assuntos discutidos pelos Vereadores.

Sessões Extraordinárias

Podem ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal ou pela maioria dos integrantes da Câmara de Vereadores. Podem ser convocadas no período de recesso ou no período das sessões normais, dependendo da necessidade de ser examinado determinado assunto com urgência e a matéria ser de interesse público relevante.

Comissões

As Comissões legislativas têm a atribuição de examinar as propostas, quase sempre projetos de lei, encaminhados pelo Executivo, pelos Vereadores e pela iniciativa popular. Estudam, pesquisam, investigam e ouvem representantes da comunidade sobre a matéria apresentada. Examinam se ela é constitucional, se contraria ou não as leis maiores.

As Comissões elaboram os pareceres, manifestando-se sobre as propostas. O parecer da Comissão serve de base para a discussão em Plenário. Esse pode aceitar ou rejeitar o parecer.



Dispenser de álcool gel no salão nobre

A Câmara na Pandemia

A partir de março de 2020, a pandemia causada pelo Coronavírus (COVID 19) trouxe novas formas de comunicação e participação popular. A necessidade em preservar as vidas, levou os órgãos públicos a organizarem suas atividades via remota. A câmara de Caraguatatuba, como outras – passou suas sessões para o espaço virtual.



Sessão ordinária on-line da câmara municipal de Caraguatatuba

A Primeira Composição da Câmara de Caraguatatuba

Presidente: Tertuliano Antônio Fogaça

Membros: Luiz Antônio Maciel, Joaquim Marcondes Sodré, Adelino Bordini do Amaral, João Eliseu de Mattos e João Antônio dos Santos

Suplentes: José Gerônimo Borges e Melchiades Correa Alves



Salão nobre da câmara municipal de Caraguatatuba

Legislaturas

18ª Legislatura – 2021 a 2024

Executivo – Prefeito municipal: José Pereira de Aguiar Júnior (1º/1/2021 a 31/12/2024).
Vice-prefeito: José Ernesto G. Servidei

Legislativo – Vereadores: Aguinaldo Pereira da Silva Santos (Aguinaldo Butiá), Antonio Carlos Junior, Aurimar Mansano, Celso Pereira, Cristian Alves de Godoi (Baduca Filho), Cristian Oliveira de Sousa (Cristian Bota), Fernando Augusto da Silva Ferreira (Fernando Cuiú), Francisco Carlos Marcelino (Carlinhos da Farmácia), Gildeilson Santos (Dé Construtor), Gildázio de Oliveira, Jair Araújo da Silva, Marcelo Lanzellotti Pereira, Marcos Roberto de Souza (Marcos Kinkas), Renato Leite Carrijo de Aguiar (Tato Aguiar), Vera Lúcia de Moraes, Oswaldo Pimenta de Mello Neto (China) – Suplente, Islando Ramos (Bigode) – Suplente.



Aguinaldo Pereira da Silva Santos (Aguinaldo Butiá)



Antonio Carlos Júnior



Aurimar Mansano



Celso Pereira



Cristian Alves de Godoi (Baduca Filho)



Cristian Oliveira de Sousa (Cristian Bota)



Fernando Augusto da Silva Ferreira (Fernando Cuiú)



Francisco Carlos Marcelino (Carlinhos da Farmácia)



Gildeilson Santos (Dé Construtor)



Gildázio de Oliveira



Jair Araújo da Silva



Marcelo Lanzellotti Pereira



Marcos Roberto de Souza (Marcos Kinkas)



Renato Leite Carrijo de Aguiar (Tato Aguiar)



Vera Lúcia de Moraes



Islando Ramos (Bigode) – Suplente



Oswaldo Pimenta de Mello Neto (China) – Suplente

Você sabia?

A ATUAL LEGISLATURA (2021) ESTÁ REVISANDO A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL. ESSA LEI FOI CRIADA NA PRIMEIRA CONSTITUINTE, ENTRE 1989-1990. NESTE ANO, A CÂMARA VIVE UM MOMENTO HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO.

17ª Legislatura - 2017 a 2020

Executivo – Prefeito municipal: José Pereira de Aguilar Júnior (1º/1/2017 a 31/12/2020).
Vice-prefeito: Eugênio de Campos Júnior.

Legislativo – Vereadores: Aguinaldo Pereira da Silva Santos, Aurimar Mansano, Celso Pereira, Dennis da Silva Guerra, Elizeu Onofre da Silva, Evandro do Nascimento, Fernando Augusto da Silva Ferreira, Flávio Rodrigues Nishiyama Filho, Francisco Carlos Marcelino, João Silva de Paula Ferreira, José Eduardo da Silva, Oswaldo Pimenta de Mello Neto, Renato Leite Carrijo de Aguilar, Salete Maria de Souza Paes e Vilma Teixeira de Oliveira Santos.

16ª Legislatura - 2013 a 2016

Executivo – Prefeito municipal: Antônio Carlos da Silva (1º/1/2013 a 31/12/2016). Vice-prefeito: Antônio Carlos Júnior.

Legislativo – Vereadores: Agostinho Lobo de Oliveira, Aurimar Mansano, Celso Pereira, Cristian Alves de Godoi, Elizeu Onofre da Silva, Francisco Carlos Marcelino, José Mendes de Souza Neto, Júlio César Alves, Nilson Lopes da Silva, Oswaldo Pimenta de Mello Neto, Pedro Ivo de Sousa Tau, Petronilio Castilho dos Santos, Renato Leite Carrijo de Aguilar, Vilma Teixeira de Oliveira Santos e Wenceslau de Souza Neto.

Suplentes que exerceram a vereança: Eugênio de Campos Júnior e Wagner Tadeu Faria Marcondes.

15ª Legislatura - 2009 a 2012

Executivo – Prefeito municipal: Antônio Carlos da Silva (1º/1/2009 a 31/12/2012). Vice-prefeito: Antônio Carlos Júnior.

Legislativo – Vereadores: Agostinho Lobo de Oliveira, Aurimar Mansano, Celso Pereira, Crisitan Alves de Godoi, José Mendes de Souza Neto, Omar Kazon, Pedro Ivo de Sousa Tau, Silmara Selma Mattiazzo, Vilma Teixeira de Oliveira Santos e Wilson Agnaldo Gobetti.

14ª Legislatura – 2005 a 2008

Executivo – Prefeito municipal: José Pereira de Aguilar (1º/1/2005 a 31/12/2008).
Vice-prefeito: Lúcio Fernandes.

Legislativo – Vereadores: Aurimar Mansano, Aureliano Gonçalves Pereira, Agostinho Lobo de Oliveira, Celso Pereira, Cristian Alves de Godoi, Francisco Carlos Marcelino, Germinio de Souza, Juarez Pereira Pardim, Omar Kazon, Wilson Gobetti.

Suplentes que exercem a vereança: Antônio Estevam de Matos, Eugênio de Campos Júnior, Valmir Gonçalves.

13º Legislatura – 2001 a 2004
Executivo – Prefeito municipal: Antônio Carlos da Silva (1º/1/2001 a 31/12/2004). Vice-prefeito: José Pereira de Aguiar.
Legislativo – Vereadores: Aurimar Mansano, Aureliano Gonçalves Pereira, Anderson Silva Bertoncini, Agostinho Lobo de Oliveira, Celso Pereira, Dalva Ricardo Santana, Juarez Pereira Pardim, João Rodrigues de Godoy Filho (faleceu em 31/5/2004, substituído por Nivaldo Rodrigues Alvez), José Benedito Gonçalves Pinto, Laércio Aparecido de Andrade, Leonor Diniz Santos Ferreira, Madalena Maria Fachini, Nilson Lopes da Silva, Omar Kazon, Wilson Agnaldo Gobetti, Valmir Gonçalves, Vera Lúcia Moreira Peixoto.
Suplentes que exerceram a vereança: Antônio Estevam de Matos, Carlos de Oliveira, José Pedro Lucas, Jorge Jacinto de Oliveira, Maria Gema Vilas Boas Trombini, Nivaldo Rodrigues Alves, Oduvaldo Romano, Roberto Commans, Sebastião Carlos Fernandes, Tiago Santana.

12ª Legislatura – 1997 a 2000
Executivo – Prefeito municipal: Antônio Carlos da Silva (1º/1/ 1997 a 31/12/2000). Vice-prefeito: José Pereira de Aguiar.
Legislativo – Vereadores: Aurimar Mansano, Anísio Rodrigues dos Santos, Aureliano Gonçalves Pereira, Agostinho Lobo de Oliveira, Celso Pereira, Carlos de Oliveira, Dúlio Peixoto, Gomercindo Nicolau dos Santos, Juarez Pereira Pardim, Jesus Neves de Mello, Jorge Jacinto de Oliveira, João Rodrigues de Godoy Filho, Mauri Diniz Ferreira, Omar Kazon, Roberto Commans, Sebastião Carlos Fernandes, Valmir Gonçalves.
Suplentes que exerceram a vereança: Adriana Naves de Oliveira, Dalva Ricardo Santana, Tiago Santana e Wilson Rangel.

11ª Legislatura – 1993 a 1996
Executivo – Prefeito municipal: José Sidney Trombini (1º/1/1993 a 31/12/1996). Vice-prefeito: Márcio Rios de Medeiros.
Legislativo – Vereadores: Augusto Antunes Corrêa Filho, Carlos de Oliveira, Dácio Augusto de Barros Filho, Edson Mendes do Amaral, Francisco Carlos Marcelino, Gomercindo Nicolau dos Santos, Henrique Tremante de Castro (renunciou em 24/5/9, substituído por Juvenal Ferreira da Silva), Ilson Vítório de Souza, João Rodrigues de Godoy Filho, José Pereira de Aguiar, Manoel Avelino dos Santos, Nivaldo Rodrigues Alvez, Roberto Commans, Rodoaldo Graciano Fachini, Wilson Rangel, Valmir Gonçalves, Wagner Tadeu Faria Marcondes.
Suplentes que exerceram a vereança: Dúlio Peixoto, Nelson Kasuo Yoshimoto e Paulo Roberto Favoretti.

10ª Legislatura – 1989 a 1992
Executivo – Prefeitos municipais: José Bourabeby (1º/1/1989 a 17/3/1992) – (cassado pela Câmara Municipal) José Dias Paez Lima (17/3/1992 a 31/12/1992). Vice-prefeito: José Dias Paez Lima.
Legislativo – Vereadores: Aureliano Gonçalves Pereira, Almir José Alvez, Calixto Leandro, Dúlio Peixoto, Donizete Prado de Freitas, Geraldo Nogueira da Silva (renunciou em 1/10/91 substituído por Álvaro Alencar Trindade) Gomercindo Nicolau dos Santos, Ilson Vítório de Souza, João Rodrigues de Godoy Filho, José Pereira de Aguiar, Jardel Moreira, Lúcio Fernandes; Sebastião de Oliveira, Sebastião Oliveira de Souza, Tiago Santana, Wilson Rangel, Valmir de Moraes.



Imagem aérea da região do bairro Casa Branca, da rodovia
Rio Santos (SP-55) e ao fundo a praia da Cocanha

9ª Legislatura – 1983 a 1988 (mandato prorrogado – dois anos)
Executivo – Prefeito municipal: Jair Nunes de Souza (1º/2/1983 a 31/12/1988). Vice-prefeito: Lúcio Jacinto dos Santos.
Legislativo – Vereadores: Alvaro Alencar Trindade, Almir José Alvez, Arlindo Yassuo Nakane, Dúlio Peixoto, Gomercin-do Nicolau dos Santos, José Benedito Gonçalves Pinto, José Roberto Simão, José Gilson Gonçalves de Campos, Jardel Moreira, José Dias Paez Lima, Lúcio Fernandes, Manoel Avelino dos Santos, Vantuilde Ferreiro.
Suplente que exerceu a vereança: Rodoaldo Graciano Fachini.

8ª Legislatura – 1977 a 1982 (mandato prorrogado – dois anos)
Executivo – Prefeito municipal: José Bourabeby (1º/2/1977 a 31/1/1983). Vice-prefeito: Ubaldo Gonçalves.
Legislativo – Vereadores: Antônio Freitas Avelar, Dulio Peixoto, Durval M. de Jesus, Florivaldo Pereira, Joaquim Pereira da Silva, José Dias Paes Lima, Lúcio Fernandes, Manoel Avelino dos Santos, Rodoaldo Graciano Fachini, Tiago Santana, Waldomiro do Prado.

7ª Legislatura – 1973 a 1976
Executivo – Prefeita municipal: Tereza Cury Nogueira (1º/2/1973 a 31/1/1977). Vice-prefeito: Sílvio Ferreira.
Legislativo – Vereadores: Antônio Nepomuceno, Antônio de Freitas Avelar, Benedito Pinto de Faria, Durval Marques de Jesus, Francisco Conceição, Florivaldo Pereira, Eduardo Heitor Soban (renunciou em 05/12/73 e entrou Angêlo Fonse-ca Nogueira em seu lugar, Angêlo Fonseca Nogueira cassado em 16/12/75 e Getúlio Vargas Navarro Magalhães assumiu em seu lugar), José Dias Paes Lima, Otávio Patrício de Moraes, Rui Barbosa de Moura, Vantuilde Ferreira.
Suplentes que exerceram a vereança: Geraldo Soares e Caetano de Oliveira.

6ª Legislatura – 1969 a 1972
Executivo – Prefeito municipal: Sílvio Luis dos Santos (1º/2/1969 a 31/1/1973). Vice-prefeito – Joaquim Pereira da Silva.
Legislativo – Vereadores: Angelo Fonseca Nogueira, Florivaldo Pereira, José Moraes de Carvalho, Euclides Ferreira, Washington Luis Santos, Pérsio Brasil Arruda, Otávio Patrício de Moraes, Sílvio Ferreira, José D’ Almeida Barbosa.
Suplente que exerceu a vereança: Benedito Pinto Faria.

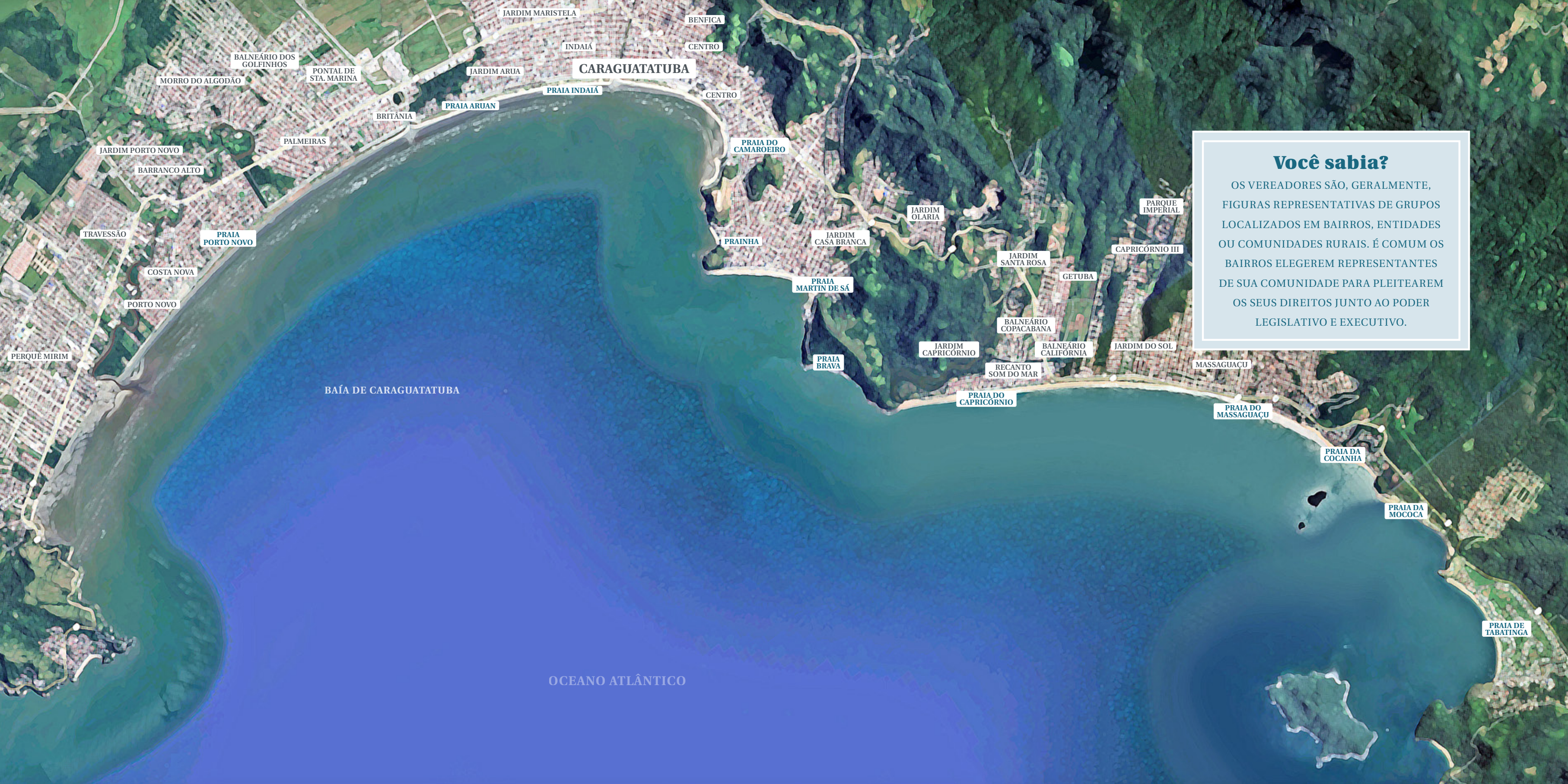
5ª Legislatura – 1964 a 1968 (mandato prorrogado – um ano)
Executivo – Prefeito municipal: Geraldo Nogueira.
Legislativo – Vereadores: Angelo Fonseca Nogueira, Antônio de Arco, Antônio Augusto Matheus, Antônio Nepomuce-no, Aristides Anísio dos Santos, Durval Marques de Jesus, Florivaldo Pereira, Joaquim Pereira da Silva, José Moraes de Carvalho, Mario Magalhães, Otávio Patrício de Moraes.
Suplentes que exerceram a vereança: Ruy Barbosa de Mora, Yoshio Yoshimoto, Carlos José Nogueira Pinto, Wa-shington Luis dos Santos, Irineu Cardoso Malta, José Moraes, Euclides Ferreira, Francisco Fachini, Geraldo Soares e Edson Passos.

4ª Legislatura – 1960 a 1963
Executivo – Prefeito municipal: Antônio Augusto Matheus (1º/1/1960 a 31/12/1963). Vice-prefeito: Avelino Ferreira.
Legislativo – Vereadores: Antônio Nepomuceno, Benedito Paes Sobrinho, Euclides Ferreira, Geraldo Nogueira da Silva, José Moraes Carvalho, José da Silva, Mário Magalhães, Otávio Patrício de Moraes, Osiris Nepomuceno Santana, Plínio Passos, Altamir Tibiriçá Pimenta.
Suplentes que exerceram a vereança: Joaquim Pereira da Silva, Dácio Augusto de Barros Filho, Florivaldo Pereira, Antônio Cruz Arouca e João Bento de Sousa.

3ª Legislatura – 1956 a 1959
Executivo – Prefeito municipal: Altamir Tibiriçá Pimenta (1º/1/1956 a 31/12/1959). Vice-prefeito: Sebastião Mariano Nepomuceno.
Legislativo – Vereadores: Plínio Passos, Irineu Meirelles, Benedicto Laurindo de Oliveira, Sebastião Benedito Dias, Antônio de Pádua Ribeiro, Abílio Pinto Pereira, José Moraes Carvalho, Antônio Augusto Matheus, Pedro Carvalho, Ivan Ferreira Fonseca, Edu de Mattos Otriz.
Suplentes que exerceram a vereança: Osiris Nepomuceno Santana ; Washington Mendes Pegorelli, Ademar Fida e Antônio Cruz Arouca.

2ª Legislatura – 1952 a 1955
Executivo – Prefeito municipal: Antônio Augusto Matheus (1º/1/1952 a 31/12/1955).
Legislativo – Vereadores: Pedro Carvalho, Osiris Nepomuceno Santana; Irineu Meirelles, Mauro Aparecido de Oliveira, Ivan Ferreira Fonseca, Geraldo Soares, Luiz Galloti, Benedcito Laurindo de Oliveira, Avelino Ferreira, Sebastião Maria-no Nepomuceno, João Augusto de São Paulo Pereira.
Suplente que exerceu a vereança: Benedito Herculano de Jesus.

1ª Legislatura – 1948 a 1951
Executivo – Prefeito municipal: Carmínio Peixoto (1º/1/1948 a 31/12/1951).
Legislativo – Vereadores: Carlos Cuquejo Rodrigues, Marcelo Pinto Passos, Antônio Cruz Arouca, Benedicto Laurindo de Oliveira, Benedicto Miguel Carlota, Erondino do Nascimento, Joaquim Evilásio do Amaral, Marino Garrido, Melquí-ades de Oliveira, Pedro Carvalho, Saturnino Mariano Nepomuceno, Sebastião Mariano Nepomuceno, Arnaldo Stewart.
Suplentes que exerceram a vereança: José Antônio Ferreira, João Roque dos Santos, Leonor Soalheiro Teixeira, Hilde-brando Leite dos Santos, Olegário Nardi.
Suplentes que assumiram definitivamente a vaga dos titulares: Washington Luis dos Santos, Manoel Nunes de Sou-za, José Ribeiro Júnior, Agenor Vicente de Moraes, Demerval Teixeira, Oswaldo Pimenta de Melo; José Ferrari Pegorelli.



CARAGUATATUBA

Você sabia?

OS VEREADORES SÃO, GERALMENTE, FIGURAS REPRESENTATIVAS DE GRUPOS LOCALIZADOS EM BAIRROS, ENTIDADES OU COMUNIDADES RURAIS. É COMUM OS BAIRROS ELEGEREM REPRESENTANTES DE SUA COMUNIDADE PARA PLEITEAREM OS SEUS DIREITOS JUNTO AO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO.

OCEANO ATLÂNTICO

BAÍA DE CARAGUATATUBA

JARDIM MARISTELA

BENFICA

INDAIA

CENTRO

BALNEÁRIO DOS GOLFINHOS

PONTAL DE STA. MARINA

JARDIM ARUA

PRAIA INDAIA

CENTRO

PRAIA ARUAN

BRITÂNIA

PALMEIRAS

JARDIM PORTO NOVO

BARRANCO ALTO

PRAIA PORTO NOVO

TRAVESSÃO

COSTA NOVA

PORTO NOVO

PRAIA DO CAMAROEIRO

JARDIM OLARIA

JARDIM CASA BRANCA

JARDIM SANTA ROSA

GETUBA

CAPRICÓRNIO III

BALNEÁRIO COPACABANA

BALNEÁRIO CALIFÓRNIA

JARDIM DO SOL

MASSAGUAÇU

RECANTO SOM DO MAR

PRAIA DO CAPRICÓRNIO

PRAIA BRAVA

PRAIA MARTIN DE SÁ

PRAINHA

PRAIA DO MASSAGUAÇU

PRAIA DA COCANHA

PRAIA DA MOCOCA

PRAIA DE TABATINGA

PERQUÊ MIRIM

Galeria de Presidentes

O PRESIDENTE DA CÂMARA
DE VEREADORES

COMPÕE NÃO SOMENTE A MESA DOS VEREADORES, MAS TAMBÉM A PRESIDE. TRATA-SE DO REPRESENTANTE LEGAL DA CÂMARA.O PRESIDENTE NÃO APENAS TEM A PRERROGATIVA, COMO A OBRIGAÇÃO LEGAL EM ATUAR EM NOME DA CÂMARA. SUAS FUNÇÕES: COORDENA OS TRABALHOS DA CASA (DA CÂMARA), PRESIDINDO O PLENÁRIO E TENDO O PODER DE DESEMPATE NA DELIBERAÇÃO. ATUA, IGUALMENTE, NA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA E OUTROS SERVIÇOS PARA O FUNCIONAMENTO DE SUAS ESTRUTURAS. REPRESENTA A CÂMARA INTERNA E EXTERNAMENTE, SOBRETUDO NAS RELAÇÕES COM O EXECUTIVO.



Theotino Tibibiriçá
Pimenta
16/01/1923 - 03/11/1930



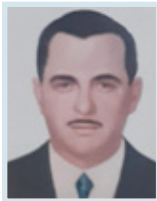
Benedito
Zacharias Arouca
23/05/1936 - 05/11/1937



Marcelo Pinto
Passos
01/01/1948 - 31/12/1949



Pedro Carvalho
01/01/1950 - 31/12/1952
01/01/1959 - 31/12/1959



João Augusto de
São Paulo Pereira
01/01/1953 - 31/12/1953
01/01/1955 - 31/12/1955



Osiris Nepomuceno
Santana
01/01/1954 - 31/12/1954



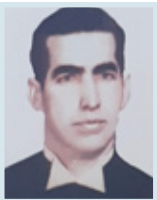
Irineu Meirelles
01/01/1956 - 31/12/1957



Abílio Pinto
Pereira
01/01/1958 - 31/12/1958



Plínio Passos
01/01/1960 - 19/01/1962



Euclydes Ferreira
20/01/1962 - 28/01/1963
01/01/1969 - 31/12/1969



Otávio Patrício
de Moraes
29/01/1963 - 31/12/1963
01/01/1966 - 31/12/1966



Joaquim Pereira
da Silva
01/01/1964 - 31/12/1965



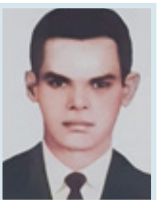
José Moraes de
Carvalho
01/01/1967 - 31/01/1969



Florivaldo Pereira
01/01/1970 - 31/01/1971



Pérsio Brasil
Arruda
01/02/1971 - 31/01/1973



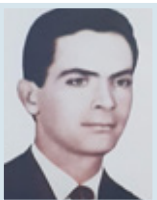
Rui Barbosa de
Moura
01/02/1973 - 31/01/1974



Ângelo Fonseca
Nogueira
01/02/1974 - 31/08/1975



Durval Marques
de Jesus
01/08/1975 - 30/09/1975



Benedito Pinto
de Faria
01/10/1975 - 31/01/1977



Antônio de Freitas
Avelar
01/02/1977 - 31/01/1979



José Dias
Paez Lima
01/02/1979 - 31/01/1981



Lúcio Fernandes
01/02/1981 - 31/01/1983



José Benedito
Gonçalves Pinto
01/02/1983 - 31/12/1984



Arlindo Yassuo
Nakane
01/01/1985 - 31/12/1986



José Roberto
Simão
01/02/1987 - 31/12/1988



Dúlio Peixoto
01/01/1989 - 31/12/1990



Tiago Santana
01/01/1991 - 05/02/1992



José Pereira
de Aguiar
05/02/1992 - 31/12/1992



Wilson Rangel
01/01/1993 - 31/12/1994



Gomercindo Nicolau
dos Santos
01/01/1995 - 31/12/1996



Mauri Diniz
Ferreira
01/01/1997 - 31/12/1998



Celso Pereira
01/01/1999 - 31/12/2000



Valmir Gonçalves
01/01/2001 - 31/12/2002



Wilson Agnaldo
Gobetti
01/01/2003 - 31/12/2004
01/01/2007 - 31/12/2008
01/01/2011 - 31/12/2012



Juarez Pereira
Pardim
01/01/2005 - 31/12/2006



Omar Kazon
01/01/2009 - 31/12/2010



José Mendes de
Souza Neto Bota
01/01/2013 - 31/12/2014



Oswaldo Pimenta
de Mello Neto
01/01/2015 - 31/12/2016



Renato Leite
Carrijo de Aguiar
01/01/2017 - 31/12/2018
01/01/2021 - 31/12/2022

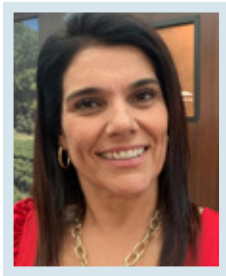


Francisco Carlos
Marcelino
01/01/2019 - 31/12/2020

Galeria das Vereadoras



Leonor Soalheiro Teixeira
1ª legislatura (1948 a 1951)



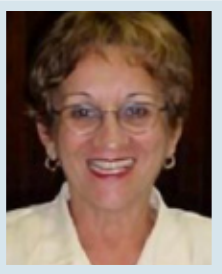
Adriana Navez de Oliveira
12ª legislatura (1997 a 2000)
Suplente: 11/5/1999 – 8/06/1999



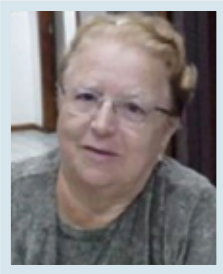
Dalva Ricardo Santana
12ª legislatura (1997 a 2000)
Suplente: 4/11/1997 – 29/11/1997
Suplente: 12/12/2000 – 31/12/2000
13ª legislatura (2001 a 2004)



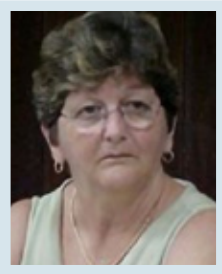
Leonor Diniz
13ª legislatura (2001 a 2004)



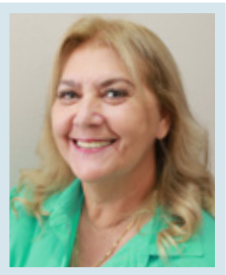
Vera Lúcia Moreira Peixoto
13ª legislatura (2001 a 2004)



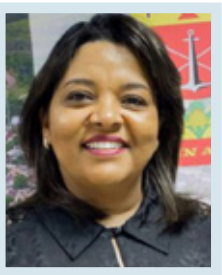
Madalena Maria Fachini
13ª legislatura (2001 a 2004)



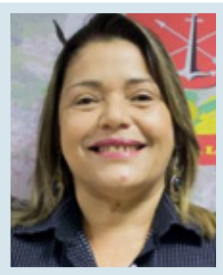
Maria Gema Vilas Boas Trombini
13ª legislatura (2001 a 2004)
Suplente: 5/3/2002 – 19/3/2002



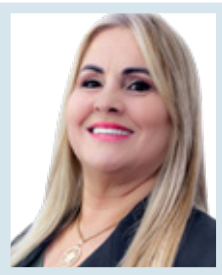
Silmara Selma Mattiazzo
15ª legislatura (2009 a 2012)



Vilma Teixeira de Oliveira Santos
15ª legislatura (2009 a 2012)
16ª legislatura (2013 a 2016)
17ª legislatura (2017 a 2020)



Salete Maria de Souza Paes
17ª legislatura (2017 a 2020)



Vera Lúcia Moraes
18ª legislatura (2021 a 2024)



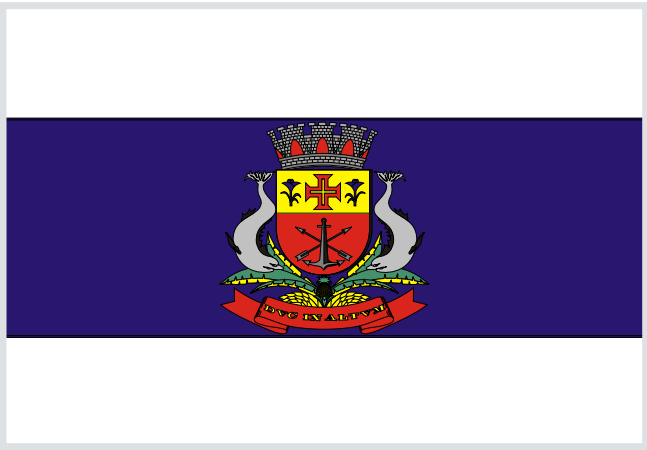
Homenagem da Câmara às mulheres eleitas em Caraguatatuba.

A Bandeira de Caraguatatuba

Os símbolos cívicos cumprem várias funções, como, por exemplo, produzir uma narrativa histórica e um sentimento de pertença. Destacaremos aqui dois importantes símbolos de Caraguatatuba: a Bandeira e o Brasão. A primeira foi criada em 1960, três anos depois do surgimento do Brasão.

O Brasão e a Bandeira de Caraguatatuba foram criados com base na Lei 381/60. O Brasão está inserido na Bandeira do Município, feita na cor branca com uma faixa azul retangular fixada na parte central. O Brasão de Armas traz toda uma simbologia que nos remete à história do Brasil e, em particular, de Caraguatatuba.

Como observamos na imagem, o Brasão carrega um escudo, provavelmente de origem ibérica, fazendo alusão à colonização do Brasil. No fundo vermelho, verificamos duas flechas cruzadas com uma âncora sobreposta em prata, simbolizando a presença das populações indígenas e sua paisagem à beira mar. Outra possibilidade interpretativa, a âncora indicaria a importância das populações indígenas na fundação da cidade.



A imagem apresenta duas cores: vermelha, fazendo referência ao amor pátrio, coragem, valentia e justiça. E o amarelo, indicando riqueza e prosperidade. Abaixo da âncora, nota-se os delfins representando o litoral, e as frutas, o abacaxi e a banana, indicando a riqueza agrícola do município.

Acima da âncora, o desenho da cruz da Ordem de Cristo, entre dois lírios azuis, traz imagens da fé cristã e da devoção a Santo Antonio de Pádua, padroeiro da cidade. Acima da cruz cristã, está o desenho de uma fortificação indicando oito torres, sendo cinco aparentes. Algumas análises indicam que essas fortificações simbolizariam, igualmente, uma cidade forte, protegida – a sede da comarca. Suas portas abertas em vermelho caracterizam a hospitalidade e o acolhimento do povo Caiçara.



Fim de tarde na Praia do Camaroeiro

O Hino de Caraguatatuba

O Hino de Caraguatatuba foi instituído em 22 de outubro de 1965, pela Lei Municipal nº 611/65.

*

Letra: Renato Navarro Magalhães
Música: Heitor de Carvalho

*Caraguatatuba bonita,
Esplendor de beleza rara.
Caraguatatuba onde habita
O cortês e gentil caiçara.*

*Nas fímbrias da serra que aos céus se levanta,
À margem formosa de imensa baía.
Se estende uma terra que os olhos encanta.
A terra onde as praias têm mais alegria.
Se sois dentre as joias a mais reluzente,
Se dentre as cidades vós tendes mais vida,
Então não sois obra divina somente,
Sois obra de Deus pelos homens polida.*

*Caraguatatuba bonita,
Esplendor de beleza rara.
Caraguatatuba onde habita
O cortês e gentil caiçara.*

*Oh terra, vós tendes um mar cristalino,
Que tanto vos beija em carícias de irmão.
Que traz ondulante um murmúrio divino,
O suave murmúrio de Deus na amplidão.
Vós tendes na frente uma ilha gigante,
Que às nuvens se lança a perder-se de vista,
A exemplo da ilha erguei-vos vibrante.
E glória sereis brasileira e paulista.*



Traineiras de pesca apoiadas na praia do Camaroeiro

VII. Referências

Bibliografia:

AROUCA, Justo. *Memorial de sua Excelência – Caraguatatuba*. Caraguatatuba: Fundacc, 2003.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. *Santo Antônio de Caraguatatuba – Memória e Tradições de um Povo*. Caraguatatuba: Fundacc, 2000.

DIEGUES, A.C.S *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*, São Paulo, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.

FLORINDO, Glauber M. *Roupas velhas ou novas, as câmaras municipais no processo de formação do Brasil Imperial Brasileiro*. Tese de doutorado, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2018.

PRADO, Luzia de Toledo. *Características do Brasão de Caraguatatuba*, 2021 (texto produzido para contribuir com o livro).

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*, São Paulo: Brasiliiana, 1987.

SILVA, Karla Maria. *O Papel das Câmaras Municipais no Brasil Colonial: novas possibilidades de análise*. In: anpuh – xxv simpósio nacional de história – Fortaleza, 2009.

SOUZA, Samuel Cândido de. *Elites políticas em Caraguatatuba (1970-2000)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de São Carlos, 2010.

Fontes e acervos consultados:

Arquivo da Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Caraguatatuba.

MACC – Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba / Arquivo Público do Município de Caraguatatuba “Arino Sant´Ana De Barros”.

Fontes digitais:

https://www.camaracaragua.sp.gov.br/vereadores/legislatura#accordion1_2

<https://www.camaracaragua.sp.gov.br/historia-da-camara>

<https://www.cidadespaulistas.com/search/label/1534>

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/caraguatatuba.html>



Pescadores na praia do Camaroeiro onde também está localizado um dos entrepostos de Pesca da cidade

A publicação *Memória Viva: Câmara Municipal de Caraguatatuba* é uma iniciativa da legislatura de 2021-2024 e tem o objetivo de reconhecer e valorizar a importância da Câmara Municipal para a democracia e, também, de resgatar o legado e celebrar os esforços dos tantos que fazem parte da história da Câmara Municipal de Caraguatatuba.

